

Caixa finaliza proposta para unificação das tabelas do PCS

Nova rodada de negociação foi realizada, em 30 de abril, entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e a Caixa. O tema principal voltou a ser a unificação das tabelas do Plano de Cargos e Salários (PCS). A empresa trouxe respostas para reivindicações feitas pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa da Contraf/CUT (CEE Caixa) nos últimos encontros.

A Caixa negou reivindicação dos trabalhadores referente à aplicação do índice dos R\$ 30 de 2004 para cálculo do teto da nova tabela, mantendo sua proposta de incluir apenas as VPs SP (1/3) e tempo de serviço (1/12). O motivo alegado para a negativa foi aumento de custos.

Sobre o pagamento dos R\$ 30 para os que ganhavam mais de R\$ 1.500 em 2004 corrigidos de acordo com os reajustes de 2005 a 2007 (correspondentes a 16,3%), elevando o valor para R\$ 34,90 a Caixa aceitou a demanda dos trabalhadores.

O banco aceitou também a possibilidade de inclusão dos Técnicos Bancários Superiores (TBS) na nova tabela. Esses trabalhadores desistiram de sua condição e passariam a ser Técnicos Bancários regulares, sendo enquadrados numa referência compatível com seu nível salarial. Assim, passariam a poder ocupar cargos em comissão.

Crítérios

Sobre a forma de avaliação para evolução na carreira, a Caixa aceitou a proposta dos trabalhadores de avaliação cruzada, que inclui avaliação dos empregados pelo gestor, deste pelos empre-



Jair Pedro Ferreira (de frente, primeiro à esquerda), diretor do Sindicato e integrante da CEE Caixa, participa de mais uma rodada de negociação

gados, um trabalhador avalia o outro e cada um faz uma auto-avaliação. Além disso, o banco aceitou que uma parte dos critérios que definirão as promoções seja definida em cada unidade democraticamente, com participação de todos os trabalhadores.

Outra proposta aceita foi a criação de uma comissão para debater o detalhamento dos critérios de avaliação. A comissão também acompanhará a aplicação do processo de promoção nas unidades.

Ainda sobre a avaliação, o banco propôs uma série de premissas que balizarão a definição dos critérios. São elas: relevância (estar vinculado à estratégia da Caixa), clareza e simplicidade, abrangência (ser representativo estatisticamente), mensurabilidade, acessibilidade (permitir registro e manutenção), comparabilidade e estabilidade.

Um avanço conquistado foi a concordância da Caixa em não vincular diretamente a possibilidade de promoção de um empre-

gado ao desempenho da unidade em que ele trabalha. Anteriormente, o banco defendia que se a unidade não atingisse determinada meta de desempenho, ela e todos os seus trabalhadores seriam excluídos do processo de avaliação. A Contraf/CUT considerou a proposta injusta, uma vez que o desempenho da unidade é determinado de forma coletiva e a avaliação para progressão na carreira deve ser um processo individual. A Caixa voltou atrás, mas considera que o desempenho da unidade deve ter algum peso na avaliação.

Sobre a proposta de conceder um determinado número de deltas para os empregados de acordo com o tempo de Caixa de cada um, como forma de compensar em parte o tempo transcorrido sem promoção por merecimento, a Caixa vê com dificuldade. Porém, afirmou que poderá estudar alguma proposta formulada para a questão, mas que isso não estaria vinculado à formatação da proposta de tabela.

“Embora a proposta tenha aspectos interessantes, é necessário que avance em alguns itens, como a redução da quantidade de referências e a vinculação aos planos da Funcef. Para alterarmos essas questões precisamos debater com o conjunto dos empregados a necessidade de nos mobilizar. Para isso é fundamental a participação de todas as entidades na plenária do próximo dia 16/5, em Brasília”, afirma Jair Pedro Ferreira, diretor do Sindicato e integrante da Comissão Executiva dos Empregados.

A Contraf/CUT definiu ainda repúdio à vinculação da nova tabela do PCS ao saldamto do Reg/Replan.

A PROPOSTA DA CAIXA

- Quantidade de níveis: 72 (de 201 a 272);
- Piso: R\$ 1.244,00 (ref. 201, equivalente ao valor atual da ref. 101 do PCS 98);
- Teto: R\$ 3.700,00 (ref. 272, equivalente à referência 95 do PCS 98 + 1/3 equivalente a VP-Salário Padrão e + 1/12, equivalente à VP-Tempo de Serviço + R\$ 34,90 da Campanha de 2004 + R\$ 28,10, a título de arredondamento);
- Interstício: 1,5470547%;
- Pagamento de R\$ 34,90 para os que ganhavam menos de R\$ 1.500 em setembro de 2004, antes de migrar para a nova tabela;
- Retomada da promoção por merecimento com critérios definidos em negociação;
- Possibilidade de migração dos técnicos bancários superiores;
- Obrigatoriedade de desistência de ações e direitos colidentes, a serem definidos em negociação;
- Obrigatoriedade de não estar o empregado nos planos de benefício da Funcef Reg ou Replan.

CI 293

Sindicato aguarda publicação do acórdão para recorrer ao TST

O Sindicato aguarda a publicação do acórdão pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – do julgamento do recurso ordinário no processo em que se discute a validade da CI 293 e a redução salarial imposta pela Caixa Econômica a quem reclamou judicialmente o direito à jornada de 6 horas –, para recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em 10 de abril, o TRT negou provimento ao recurso do Sindicato. A 2ª Turma do TRT entendeu que o retorno para a jornada de 6 horas, acompanhada da redução proporcional do valor da gratificação, não é ilegal.

Até 5 de março, quando foi iniciado, o julgamento do recurso do Sindicato estava empatado na 2ª Turma. Dos cinco juízes, dois votaram a favor do recurso do Sindicato, dois votaram contra e outro pediu vistas do processo.

No dia 10 de abril, quando retornou à pauta do TRT, o juiz

João Luiz Rocha proferiu voto de desempate. “O placar apertado (3X2) no TRT aumentam nossas esperanças para que o julgamento no TST seja favorável aos trabalhadores”, afirma Raimundo Felix, secretário de Finanças do Sindicato.

Caixa ‘estende’ CI 293

Embora tenha negado durante a última rodada de negociação com os representantes dos trabalhadores, a Caixa continua destituindo cargos de empregados que possuem ações contra a empresa. Desta vez, a empresa descomissionou 5 colegas lotados na Sucot. O Sindicato recebeu denúncias de que trabalhadores de outros setores estão sendo punidos.

“Para o Sindicato, a medida representa uma restrição aos ‘direitos e deveres individuais e coletivos’ previstos na nossa Constituição, materializada através da punição aos empregados que buscam a justiça, e um ataque frontal a uma conquista histórica da categoria,

que foi a jornada de 6 horas para todos os empregados da empresa”, diz Enilson da Silva, secretário-geral do Sindicato e empregado da Caixa.

Na rodada de negociação, realizada em 30 de abril, a Contraf/CUT definiu repúdio à destituição de cargos de empregados que possuem ações contra a Caixa. A Contraf/CUT também vai entrar com uma ação na Justiça do Trabalho contra essas medidas da Caixa. Quem souber de algum caso de retaliação aos trabalhadores que ingressaram com ação contra a Caixa deve denunciar ao Sindicato pelo telefone 3346-9090 e/ou pelo endereço eletrônico <http://saude.contrafcut.org.br/>.

Tribunais divergem sobre o assunto

Ainda segundo a assessoria jurídica do Sindicato Crivelli Advogados Associados, há divergência da decisão do TRT com decisões de outros tribunais sobre matéria idêntica.

Na avaliação da assessoria jurídica do Sindicato, a decisão do TRT não encerra o caso. “Conhecemos os fundamentos da 2ª. Turma do TRT sobre essa matéria, já proferidos em processos individuais. A Turma, na sua composição majoritária, tem entendido que a redução proporcional não é prejudicial. Nosso entendimento, embasado em súmula 109 do TST e em decisões de outras turmas e de outros tribunais, é no sentido diametralmente oposto, ou seja, de que o valor pago remunerava simplesmente a maior responsabilidade do cargo, e não as horas excedentes (tanto que a Justiça do trabalho reconhece o pagamento das horas extras – 7ª. e 8ª. e a ineficácia da chamada “opção” pela jornada de 8 horas). A redução da gratificação representa, portanto, redução salarial vedada pela Constituição Federal (artigo 7º, VI)”.

Audiência de integração do auxílio-alimentação será dia 20 de maio

A Justiça do Trabalho realiza, no próximo dia 20 de maio (terça-feira), audiência para iniciar o julgamento da ação de integração do auxílio-alimentação. O Sindicato ajuizou ação, na condição de substituto processual dos associados, contra a Caixa Econômica Federal pleiteando os depósitos de FGTS (desde 1970), as diferenças sobre 13º salário, férias com acréscimo de 1/3 e demais verbas de natureza salarial sobre o auxílio-alimentação pago aos empregados admitidos de 1970 a outubro de 1992. A audiência inaugural ocorreu em 23 de abril.

Entenda o caso

De 70 a 92, a Caixa pagou o auxílio-alimentação em talonário ou em folha de pagamento. Nesse período o auxílio-alimentação era salário e não poderia ter sido excluído da remuneração do empregado. Essa tese já foi acolhida por outros tribunais regionais do trabalho.

“A celebração do acordo judicial, pela Caixa, ainda que em outra base territorial, é demonstração inequívoca de que a Caixa deve pagar para todos os empregados, pois a estrutura salarial, o PCS e o regulamento da empresa é um só”, afirma Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato e funcionário da Caixa.

Empossada nova diretoria executiva e novo conselho fiscal da Fenae

O Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae empossou formalmente no dia 29 de abril, em Brasília, a diretoria executiva e o conselho fiscal da entidade para o triênio 2008-2011.

À noite, na mesma data, houve a cerimônia festiva de posse dos novos dirigentes da Fenae no Clube da Apcef/DF. O ato reuniu empregados da Caixa, lideranças das associações do pessoal de todo o país, sindicalistas, e parlamentares.

CUT/DF e Caixa assinam convênio habitacional que deve beneficiar 550 mil

A Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT/DF) e a Caixa assinaram na última quarta-feira 30 de abril termo de convênio habitacional (modalidade individual) que vai disponibilizar a todos os associados dos sindicatos filiados à CUT linhas de financiamento com condições de atendimento e acesso a taxas

diferenciadas. A estimativa é a de que 550 mil trabalhadores (entre os quais bancários) no DF e Entorno sejam diretamente beneficiados por meio dessa parceria, inédita entre as duas instituições.

“Trata-se de uma grande oportunidade para os bancários sindicalizados que ainda não realizaram o sonho da casa própria”, resumiu o diretor do

Sindicato Raimundo Félix. “A CUT, além do compromisso com as lutas dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, tem também a preocupação com a cidadania dos trabalhadores. A habitação com dignidade também é uma grande luta da Central”, complementa Rejane Pitanga, presidente da CUT/DF.

Nos próximos dias, a Caixa

vai realizar treinamentos com os responsáveis pelo repasse de informações pelos sindicatos aos filiados, além de destacar especialistas para dar consultoria, na sede das entidades, sobre as diversas linhas de crédito habitacional. O objetivo é oferecer todo o suporte para a tomada de decisão dos interessados.

Leia mais no site www.bancariosdf.com.br.

Sindicato apóia a Chapa 1 na eleição para conselheiros da Funcef

A diretoria do Sindicato manifesta apoio à Chapa 1 – a Chapa do Movimento na eleição de conselheiros da Funcef, que irá ocorrer entre os dias 19 e 26 de maio. Serão eleitos um conselheiro deliberativo, um conselheiro fiscal e seus respectivos suplentes.

A Chapa 1 tem Fabiana Matheus, como candidata à reeleição para a vaga de titular

do Conselho Deliberativo e Marco Antônio Moita para a suplência. Fabiana é vice-presidenta da Fenae e Moita é vice-presidente da Federação Nacional dos Gestores da Caixa (Fenag) na região Sudeste.

A candidata à vaga de titular no Conselho Fiscal é Renata Marotta, aposentada. Antoci Neto de Almeida, também aposentado, é o candidato a suplente.

DIA DO TRABALHADOR

Ato show da CUT/DF reúne milhares na Esplanada

Mais de 5 mil pessoas participaram na quinta-feira 1º de maio do ato show realizado pela Central Única dos Trabalhadores DF (CUT/DF) e sindicatos filiados, incluindo o dos Bancários, na Esplanada dos Ministérios.

A programação teve início às 10h. Para não deixar que a luta da classe trabalhadora seja embaçada pelos interesses capitalistas, a CUT definiu como eixos



Martínália cantou clássicos do samba e sucessos da MPB

início a programação musical com a apresentação das bandas locais Detrito Federal, Nós Negras, Os 4 Elementos e o cantor Cacá Pereira. Em seguida, Martínália e banda animaram o público com seu samba de qualidade. O rock de Frejat e a irreverência de Arnaldo Antunes e Edgard Scandurra encerraram a festa do 1º de maio.



Arnaldo Antunes, Frejat e Edgard Scandurra empolgaram a multidão

principais de luta para este ano a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários, e a implantação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para as crianças, a CUT/DF ofereceu pintura de rosto, pula-pula e teatro de mamulengos. Os adultos retiraram RG, CPF e Carteira de Trabalho. Por volta das 17h, teve



Trabalhadores aprovaram o ato show da CUT/DF

Sindicato cobra da Caixa que apure denúncias de assédio moral

Em ofício encaminhado à Superintendente Nacional de Responsabilidade Social, Empresarial e Relacionamento com Empregado (SURSE), Sueli Aparecida Mascarenhas, o Sindicato voltou a cobrar da Caixa Econômica Federal empenho na apuração das denúncias de assédio moral envolvendo gestor de unidade da Matriz I.

“Decorridos 30 dias da (...) reunião [realizada com o banco e que tratou do assunto] nada efetivamente mudou e muito menos tivemos um retorno por parte da empresa. Estamos cientes que o assunto foi objeto de denúncia no conselho de ética da Caixa e que o mesmo já foi levado inclusive ao conhecimento do superior imediato” do acusado de assédio, diz o ofício (**veja fac-símile ao lado**). “No entanto, o Sindicato continua recebendo denúncias contra aquele gestor”.

Para Romero de Carvalho,

diretor do Sindicato e funcionário do banco, se a Caixa não tomar providências, não resta alternativa ao Sindicato senão denunciar a empresa ao Ministério Público do Trabalho.

O Sindicato aguarda o posicionamento do banco o mais rapidamente possível. As queixas de assédio moral foram feitas pelos bancários por meio do Projeto Saúde Sentinela, um sistema de coleta de dados disponível no site do Sindicato por meio do qual a categoria pode registrar ainda denúncias de assaltos a agências, comunicação sobre LER/Dort e conflitos no ambiente de trabalho, tudo no mais absoluto sigilo.

Internet

Apesar do esforço do Sindicato para reverter a decisão, a Caixa mantém inalterada a censura imposta aos funcionários sobre o uso da internet – com exceção para os cargos comissionados de natureza



gerencial. Aos demais empregados, é autorizada apenas a consulta para os sites com final “com” das entidades representativas.

“A Caixa insiste no desrespeito ao seu corpo funcional ao manter uma decisão que vai na contramão da lógica das

outras empresas, seguindo por fora num mundo cada vez mais competitivo, onde o acesso a informações se tornou fator determinante o sucesso profissional”, afirma Wandeir Souza Severo, diretor do Sindicato e funcionário do banco.

Fale com os diretores do Sindicato

Eles são empregados da Caixa e estão à sua disposição

